

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0021744701/2024 - SES.UOM.AOB

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 A UBSF Jardim Edilene é uma Unidade Básica de Saúde da Família que possui modelo de atenção Estratégia Saúde da Família (ESF), da Secretaria da Saúde – SES, do Município de Joinville (SC), responsável por atendimento da população adscrita. Caracteriza-se por ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, segundo os princípios da Política Nacional de Atenção Primária. Tem como função promover e proteger a saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades.

A sede atual desta unidade está localizada em imóvel alugado, a qual não possuindo espaço físico que possibilite a ampliação para atender a demanda constante de crescimento desta localidade.

Através da construção da nova sede, a população contará com uma unidade localizada em imóvel próprio, com previsão para até 12 Equipes de Saúde da Família, além da construção de uma Vila da Saúde com o intuito de promover a saúde preventiva, através do incentivo da prática de atividades físicas e lazer, contemplando espaços físicos adequados e equipados para este fim e que integrem diversas faixas etárias.

Sendo assim, a Administração municipal necessita buscar soluções que possibilitem o atendimento da necessidade da população além da promoção e prevenção a saúde.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 O Plano de Contratações Anuais foi dispensado por meio do Decreto nº 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024, porém, até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não divulgou o Plano de Contratações Anual do exercício de 2024.

Assim, informamos que muito embora não exista o Plano de Contratações Anual publicado para o ano de 2024, a contratação está prevista no plano de ações desta Secretaria.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 Trata-se de uma contratação de obra "Comum de Engenharia" para a construção da Unidade Básica de Saúde da Família com Vila da Saúde. Elencamos como critério de aceitabilidade o menor preço global, considerando o regime de execução indireta por empreitada por preço unitário.

Para a concretização do projeto se faz necessário que a contratada possua expertise na área de construção civil, especialmente em estrutura de concreto armado, alvenaria, pintura, instalações elétricas, hidrossanitárias, etc. Para tanto, se faz necessário que a Contratada possua profissionais com

experiência nas técnicas construtivas, sob pena de execução inadequada e/ou atraso na obra por sucessivos reparos e acidentes.

A presente obra é considerada por esta equipe técnica como uma obra "Comum de Engenharia" para a Administração, os quais devem ser executados com a necessária expertise e acuidade técnica com vistas a sua conclusão nos moldes de excelência que o empreendimento exige.

Para tanto, para que o objetivo seja alcançado, a equipe técnica entende que a contratação necessita de mecanismos que assegurem sua conclusão, sua solidez, o atendimento dos prazos, segurança no trabalho e requisitos técnicos, devendo, para tanto, se fazer uso dos instrumentos legais necessários e cabíveis, mas que não limitem a competitividade do certame.

Em que pese essa equipe técnica entenda como atividade preponderante para fins de atestado de capacidade técnica e habilitação indicamos que sejam considerados os serviços referentes à construção civil - concreto (piso/alvenaria), nos termos do Art. 122 da Lei 14.133/2021, permite-se que a contratada subcontrate os serviços com vistas à conclusão da obra, observando as seguintes premissas:

Será admitida a subcontratação dos serviços acessórios e complementares, os seguintes serviços/itens: Fundação Profunda (hélice/estaqueamento), Estrutura metálica, climatização, gases medicinais, SPDA, telecomunicações, entrada de energia (subestação), Sistemas Preventivo de Incêndio e Serviços de paisagismo dentre outros desde que devidamente autorizados pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

Para a subcontratação, além dos demais requisitos técnicos necessários, a contratada deverá apresentar a comprovação de que a subcontratada já executou os serviços em percentual mínimo de 50%.

A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Ainda, para a obra essa equipe técnica entende como necessária a solicitação das seguintes garantias para a contratação:

a . garantia adicional para o caso do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021;

b. garantia nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021, cujo percentual indicado é de 5% .

Práticas de sustentabilidade

Os serviços e execuções deverão atender as legislações e normas ambientais aplicáveis.

Padrões mínimos de qualidade e desempenho

A qualidade e desempenho dos serviços e execuções deverão atender as especificações técnicas para a quais se destinam.

Consórcio

Não será admitida a participação de empresas em consórcio, considerando que a admissão ou veto de formação de consórcio em certame licitatório é discricionário ao ente administrativo, a avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado, e em especial à necessidade de robustez técnica e financeira dos eventuais licitantes, uma vez que o objeto a ser licitado se trata da contratação de empresa especializada para a construção de uma unidade de saúde, a admissão de formação de consórcio oferece risco à administração pública municipal, em razão de possíveis que empresas sem a devida capacidade técnica necessária ou robustez financeira possam incorrer em imperícia ou atrasos na futura execução dos serviços.

Além disso, considerando que existem diversas empresas com a capacidade técnica e financeira para fornecer o objeto licitado deste Edital, a opção pela vedação da admissão de formação de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, mas reduzirá os riscos associados à execução do futuro contrato, atendendo, dessa forma, ao interesse público, sem que haja restrição à competitividade e à economicidade da contratação.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 A obra envolve a construção da nova Unidade Básica de Saúde da Família - Jardim Edilene;

4.2 A obra contará com um total a ser edificado de 1.830,05m², contemplado Edificação da UBSF com 1.439,57m², Orquidário com 155,83m², Espaço coberto destinado a práticas de atividades físicas com 211,59m², abrigo de compressores com 3,45m², guarita com 10,42m², subestação com 3,82m², abrigo de resíduos com 5,37m², além de academia ao ar livre, playground e pista de caminhada. Compreendendo uma área de intervenção de 8.846,62 m².

4.3 No que se diz respeito aos demais quantitativos, as estimativas dos itens são compatíveis com os quantitativos levantados nos projetos e memórias executivos.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso de não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 Com base nas características da necessidade apresentada e no enquadramento das atividades como obras e serviços de engenharia, foi possível chegar a duas soluções:

Solução 1: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a realização de serviços específicos dentro conforme projetos e memoriais descritivos com fornecimento de mão de obra especializada, materiais e equipamentos necessários à execução embutidos dentro do preço proposto.

Solução 2: Execução deste serviço pela própria secretaria/setor, sendo necessário realizar a compra e/ou aluguel de equipamentos, contratação de mão de obra especializada e a compra dos insumos e material necessário à execução.

Análise das opções:

Solução 1: Seria a mais viável pois além de ser a menos onerosa, é a que possui menos intervenções da administração, com exceção da equipe que realizará a fiscalização, o que não comprometeria outros serviços, além de atendimento dentro do prazo desejado.

Solução 2: A execução deste serviço pela própria secretaria/setor, envolveria a necessidade de realizar as compras e/ou aluguel de todos os equipamentos, insumos e material necessário, contratação de mão de obra específica/especializada, não obedeceria ao princípio da eficiência, haja vista que seria necessário, vários procedimentos, o que atrasaria o início da prestação de serviços, bem como oneraria a administração, haja vista a necessidade de realizar-se a vários procedimentos para efetiva prestação dos serviços.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando que os elementos ponderados em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa especializada, devidamente habilitadas, com capacidade técnica suficiente com acervo técnico (CAT) e atestado de capacidade técnica, bem como o responsável técnico para a obra como um todo, que prestem serviços de execução de obras e serviços de engenharia.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Os valores estimados para a contratação foram baseado com levantamento de materiais previstos nos projetos, memórias descritivos e demais peças técnicas constantes no processo SEI nº 23.0.077290-0.

6.2 - No entanto, de início, estima-se o custo global da obra o valor de R\$ 14.764.414,06 (Quatorze milhões setecentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e quatorze reais e seis

centavos), obtidos a partir das planilhas Orçamentárias Sintética (0021658936) e Analítica (0021659039).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Considerando os elementos ponderados em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa(s) especializada(s), devidamente habilitadas, com capacidade técnica suficiente, que tenham executado obras de construção com alvenaria convencional e concreto armado.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 A presente contratação, é um conjunto orgânico de serviços que, agregados, se completam e formam um todo com função definida e completa. Por motivo da inter dependência das atividades, julgou-se inoportuno o parcelamento do objeto, sendo inviável administrativa e financeiramente seu parcelamento, além do controle e do gerenciamento dos referidos serviços, que sendo executado de modo global, diminuiria os riscos de execução errônea e ou perda de garantia dos serviços executados pelas empresas. Com isso, firma-se uma execução mais clara, rápida e menos onerosa para a administração pública. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se com a construção da Unidade Básica de Saúde da Família e Vila da Saúde, promovendo a saúde preventiva para a comunidade local.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca dos produtos a serem adquiridos, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

Em atendimento ao princípio da segregação de funções, quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Não há contratações correlatadas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto a presente aquisição poderá acarretar em resíduos oriundos das embalagens dos itens adquiridos a qual a CONTRATADA deverá observar a destinação adequada dos resíduos.

A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analizando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) Identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

Risco 1 - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas.

Risco 2 - Atraso na execução / entrega.

Risco 3 - Inexecução do serviço: Atraso ou prestação parcial ou não prestação dos serviços.

Risco 4 - Acidente de trabalho/ terceiros.

Risco 5 - Desinteresse do mercado na contratação: não aparecerem interessados na Licitação.

b) Análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência:

Risco 1 - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - em caso onde a obra não é realizada conforme o projeto, bem como não segue o estabelecido no contrato, tanto pela contratada quanto pela contratante.

Risco 2 - Atraso na execução / entrega - atraso na conclusão de obras públicas provoca aumento de custos, redução do bem-estar social, descontentamento da população e desconfiança quanto à capacidade do Poder Público para levar adiante esses empreendimentos

Risco 3 - Inexecução Parcial - em caso onde há quebra de contrato durante a execução da obra.

Risco 4 - Acidente de trabalho/ terceiros – necessário que as equipes que forem realizar a obra façam o uso adequado dos equipamentos de segurança (EPIs).

Risco 5 - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvida - falta de qualificação da equipe de planejamento da contratação / ausências de estudos preliminares / especificações incompletas ou insuficientes ou restritivas.

| Probabilidade P | | | | | | | |
|-----------------|---|-------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Índice | Descrição | Nível | Risco 1 | Risco 2 | Risco 3 | Risco 4 | Risco 5 |
| Raro | Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há | 1 | x | | x | | |

| | | | | | | | |
|--------------------|--|---|--|---|--|---|---|
| | indícios que sinalizem sua ocorrência. | | | | | | |
| Pouco Provável | Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo. | 2 | | x | | x | x |
| Provável | Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte. | 3 | | | | | |
| Muito provável | Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte. | 4 | | | | | |
| Praticamente certo | Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo. | 5 | | | | | |

| Impacto (I) | | | | | | | |
|-------------|---|-------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Índice | Descrição | Nível | Risco 1 | Risco 2 | Risco 3 | Risco 4 | Risco 5 |
| Muito Baixo | Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado. | 1 | | | | | |
| Baixo | Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado. | 2 | | x | | x | |
| Médio | Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado. | 3 | x | | x | | |
| Alto | Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado. | 4 | | | | | x |
| Muito Alto | Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado. | 5 | | | | | |

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como:

Risco 1 - Rescisão contratual por descumprimento do contrato por uma das partes envolvidas - Risco Médio.

Risco 2 - Atraso na execução / entrega - Risco Médio;

Risco 3 - Inexecução do serviço: Atraso ou prestação parcial ou não prestação dos serviços - Risco Médio;

Risco 4 - Acidente de trabalho/ terceiros - Risco Médio.

Risco 5 - Desinteresse do mercado na contratação: não aparecerem interessados na Licitação - Risco Alto

| Classificação dos Riscos | |
|--------------------------|-------------|
| Pontuação | Risco |
| 15 a 25 | Muito Alto |
| 8 a 12 | Alto |
| 3 a 6 | Médio |
| 1 e 2 | Baixo |
| 0 | Muito Baixo |

| ANÁLISE DOS RISCOS | | | | | | | |
|-------------------------------------|---------|-------------|---------------|----------------|----------|--------------------|--------------------|
| IM PA C I O | Nível 5 | Muito Alto | 5 | 10 | 15 | 20 | 25 |
| | Nível 4 | Alto | 4 | 8 | 12 | 16 | 20 |
| | Nível 3 | Médio | 3 | 6 | 9 | 12 | 15 |
| | Nível 2 | Baixo | 2 | 4 | 6 | 8 | 10 |
| | Nível 1 | Muito Baixo | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| <div></div> <div></div> <div></div> | | | Raro | Pouco Provável | Provável | Muito Praticamente | Praticamente certo |
| | | | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Nível 4 | Nível 5 |
| | | | Probabilidade | | | | |

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de:

Risco 1 - Mitigar/transferir. Prever penalidades no Edital.

Risco 2 - Mitigar. Checar os meios de comunicação com o Contratado. Prever penalidades em caso de reincidência.

Risco 3 - Mitigar. Checar os meios de comunicação com o Contratado. Prever penalidades em caso de reincidência.

Risco 4 - Mitigar. Prever penalidades no Edital.

Risco 5 - Mitigar: Conduta: Realizar ampla pesquisa de preços.

| Possibilidade de Tratamento de Riscos | |
|---------------------------------------|--|
| Conduta | Descrição |
| Evitar | Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho. |
| Transferir | Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros. |
| Mitigar | Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra. |
| Mitigar/transferir | Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir |
| Aceitar | Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo. |

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

| Parâmetro considerado | Sim | Não | Observação / Comentário |
|---|-----|-----|-------------------------|
| 1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico? | x | | |
| 2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado? | x | | |
| 3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária? | x | | |

| | | | |
|--|---|--|-------------|
| 4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo? | x | | Longo prazo |
| 5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave) | x | | Médio |
| 6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares. | x | | Mitigado |
| 7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos? | x | | |

CONCLUSÃO: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução do presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público. A solução consiste em criar uma Unidade Básica da Saúde da Família com Vila da Saúde, promovendo o atendimento da necessidade da população além da promoção e prevenção a saúde. As soluções técnicas adotadas vêm atender tanto às necessidades de acessibilidade quanto atendimento da Vigilância Sanitária.



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Heloise Alves Korn, Coordenador(a)**, em 19/06/2024, às 15:15, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Longo Kesting, Gerente**, em 19/06/2024, às 15:43, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0021744701** e o código CRC **84601231**.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br